

**Do Extrativismo ao Agronegócio das Monoculturas de Mercado na Amazônia Norte  
Mato-Grossense**  
*Fiorelo Picoli<sup>1</sup>*

**Resumo**

O texto discute a transição gradativa da indústria de transformação de madeiras para a agropecuária de mercado na floresta amazônica brasileira. O trabalho aponta os atores sociais envolvidos neste processo e mostra como o poder público tem sido conivente com a sistemática ocupação ilegal das terras e a consequente destruição ambiental; aponta também, a participação das elites locais na ação predatória e na exploração dos trabalhadores.

**Palavras-chave:** Amazônia. Destruição ambiental. Agropecuária.

**Desde la Extracción hacia los Agronegocios de los Monocultivos de Mercado en la  
Amazonía del Norte de Mato-Grosso**

**Resumen**

El texto discute la transición gradual de la industria de transformación de maderas para la de agropecuaria de mercado en la floresta amazónica brasileña. El trabajo apunta los actores sociales involucrados en el proceso y muestra como el poder público sigue siendo connivente con la sistemática ocupación ilegal de las tierras y la consecuente destrucción ambiental, así como también muestra la participación de las elites locales en la acción predatoria y en la explotación de los trabajadores.

**Palabras-clave:** Amazonía. Destrucción ambiental. Agropecuaria.

**From Extraction to Agribusiness of Market Livestock in the Northern Mato-  
Grosso Amazon**

**Summary**

This article discusses the gradual transition of the industry of wood transformation to market livestock in the Brazilian Amazon forest. The study indicates the social actors involved in this process and shows how the public sector remains immobilized in relation to the systematic illegal occupation of land and to the environmental destruction. It also shows the participation of local elites in this predatory action as well as in the exploitation of workers.

**Keywords:** Amazon. Environmental destruction. Livestock.

**Do Extrativismo ao Agronegócio das Monoculturas de Mercado na Amazônia Norte  
Mato-Grossense**

A transição gradativa da indústria de transformação de madeiras para a agropecuária

---

<sup>1</sup> Professor da Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT, Campus Universitário de Sinop, no Departamento de Administração. Doutor em Administração e Direção de Empresas pela Universidade de León – Espanha. Título revalidado pela Universidade Federal do Pará – UFPA. Pós Doutorado em Sociologia Política pela UFSC. Membro do projeto de pesquisa e extensão do CEACD. Coordenador de grupo de pesquisas em Gestão de estudos para o desenvolvimento sustentável da Amazônia mato-grossense – GEEDAM, no CNPQ. Correio eletrônico: fiorelop@hotmail.com.

de mercado é um fato recente nas regiões da floresta amazônica brasileira. Este fato é consequência do processo migratório e do avanço do agronegócio das monoculturas voltadas ao mercado internacional. Assim, nos últimos 40 anos, surge um original cenário regional, que desencadeia duas importantes etapas produtivas regionais que se identificam com épocas e espaços cronologicamente diferenciados, expressando as formas de produção que caracterizam a região norte mato-grossense.

A primeira fase foi fruto, principalmente, do processo de transformação de madeiras e do extrativismo do ouro; a segunda ocorreu, gradativamente, com a expansão da criação do gado de corte e da produção de grãos (soja, principalmente). O processo que define estas duas fases econômicas é inerente ao capitalismo, que busca novas áreas para a produção de mercadorias a serem comercializadas nos mercados interno e global. O modelo instalado nesse novo espaço “de expansão do capitalismo dependente do Estado brasileiro” assume “formas mais ostensivas e agressivas” (IANNI, 1986, p. 66).

Assim, a região se consolida como um espaço para que grupos econômicos se estabeleçam de modo a explorar os recursos naturais florestais e minerais abundantes na Amazônia. Na primeira fase do processo migratório de expansão as áreas possuíam baixo valor de mercado, sendo possível a aquisição a baixo custo de grandes áreas, tanto por empresas quanto para pessoas físicas que migravam em busca de terra.

A organização dos espaços amazônicos foi realizada através de uma articulação entre o poder público e o capital, tendo sido facilitada a aquisição de grandes áreas com o propósito de agregação de valor em grande escala através dos lucros advindos do processo de transformação de madeiras. Esta primeira opção era própria das áreas de floresta, aproveitando um dos recursos naturais abundantes na região. Além desse mecanismo, as terras indígenas ou devolutas também foram “ocupadas, griladas ou compradas por grileiros, latifundiários, fazendeiros ou empresários (IANNI, 1986, p. 141). Não se tratava, portanto, de um projeto que traria paz aos povos da floresta. Em vez disto, foram usados procedimentos agressivos, que deixaram um saldo significativo de desordem social para os povos indígenas, posseiros, quilombolas, bem um impacto negativo sobre o ambiente e toda a rede de vida.

No caso das empresas de transformação de madeiras, a intervenção se realizava através da coleta das árvores nas florestas, sendo uma opção inicial de aproveitamento econômico da biomassa, sempre em um contexto de produção de monoculturas de mercado. Nesta lógica, a exuberância das árvores ali existentes foi um atrativo pelos rendimentos financeiros imediatos, já que a natureza podia ser explorada de forma extensiva, sem considerar os aspectos ambientais, sociais e culturais do local. Além de gigantescas árvores que forneciam madeiras, contavam com as facilidades para legalização dos desmatamentos.

Quando se fala do aproveitamento econômico da biomassa, nos referimos ao

aproveitamento realizado através das indústrias de transformação madeireira, que realizam a coleta seletiva das árvores de interesse do mercado e de melhor valor apurado. Sempre com o propósito do maior lucro possível, os madeireiros desprezavam uma parte significativa das árvores que tinham menor valor. As que eram cortadas também passavam pelo crivo dos padrões de mercado, sendo desprezada uma grande quantidade de árvores. No processo de industrialização eram aproveitadas apenas pouco mais da metade das torras coletadas.

Esta estratégia desqualificava a maior parte das variedades das árvores, bem como não considerava alternativas da biomassa, tais como resinas, tinturas, fibras, óleos, fitoterápicos, energias, sementes e frutos. Além do não aproveitamento de maneira sustentável através da indústria de transformação de madeiras, foi provocado um desastre ambiental na maior parte dos espaços de intervenção.

Mesmo sendo o primeiro setor a se instalar na região, a madeireira não veio para ficar em definitivo. Desde o começo ficou claro que o objetivo era aproveitar economicamente a madeira para posteriormente instalar outras formas de produção para o mercado global.

Na sequência, os projetos de áreas manejadas para a coleta e produção da indústria madeireira foram organizados e construídos com o objetivo de retirar as madeiras de maneira legalizada. Ainda assim, muitos desses projetos são produzidos de forma criminoso, burlando as leis. A bandidagem e a certeza da impunidade são tão grandes que muitos documentos são falsificados para legalizar a retirada das toras. São projetos de faz de conta arquitetados pelo crime organizado, constituídos regionalmente tanto no passado quanto atualmente, com o propósito de ludibriar as leis e explorar as riquezas da região.

Todo o processo de ocupação destas terras se sustentou, em parte, pela grilagem de terras em articulação com parte das instâncias do aparelho de Estado brasileiro, conivente com estas irregularidades. Em decorrência, a possibilidade de um projeto voltado para áreas de madeiras com possibilidade de se converter em uma opção econômica e social, além de ambiental, para a região foi inviabilizado. Em vez disto, foi implementado um projeto madeireiro que não guarda ciclos de coleta e produz a devastação, a terra nua (PICOLI, 2004a).

Além disto, não há agregação de valor. Geralmente, são produzidas tábuas, pranchas, laminados, sem a associação de valor através das indústrias mais apuradas. Essa mercadoria não acabada é levada para grandes centros produtores do país ou exportada, não havendo a preocupação de industrializar através do mercado moveleiro local. Essa é uma indicação de que as madeiras não vêm para ficar. Elas se organizam e se instalam de forma precária, sem um projeto que as torne sustentáveis.

Aliado a essa dinâmica, o processo de trabalho é aviltante, sem a utilização de equipamentos individuais e coletivos, sem carteira assinada e com remuneração extremamente

baixa, caracterizando um processo de superexploração do trabalho (MARINI, 2005). Na Amazônia “mais do que em qualquer outra região do país – o conceito de superexploração de trabalho e a extração de mais-valia absoluta constituem parte integrante do grande capital” (CARDOSO e MÜLLER, 1977, p. 8).

Um fenômeno comum, que ocorre tanto na coleta das árvores quanto no processo de industrialização, é o *sistema gato*<sup>2</sup>. Ou seja, “na Amazônia, de forma geral, mas principalmente no setor de transformação de madeiras, o que foi detectado é uma relação capitalista de trabalho, levada ao extremo através da superexploração” (PICOLI, 2005, p. 124).

Desde 1996, nas áreas de floresta amazônica só é permitida a intervenção em 20% das áreas; anteriormente era possível interferir em 50%. Com o aumento da fiscalização, após 2000, tornou-se necessário buscar alternativas que garantissem a lucratividade, seja através da busca de alternativas econômicas, seja através da re-organização das práticas ilegais. Antes do ano 2000 as irregularidades e a corrupção eram ainda maiores, já que o poder público era muito mais omissivo e conivente com as estratégias do capital do que na atualidade. Além disto, hoje a coletividade não tem parte das algemas e engessamentos que silenciavam suas mentes e corpos. A nova geração busca conviver com princípios de cidadania para todos e desqualifica as atitudes que aconteciam com mais intensidade no passado.

Neste sentido, a terra nua, propícia para a produção de grãos e carne, produtos de exportação e de maior lucratividade, se torna mais atrativa que a indústria de transformação de madeiras. Assim, aos poucos, a economia regional foi saindo do modelo extrativista para se estruturar através do agronegócio.

Não se pode recriminar apenas o poder público pela configuração que vem se produzindo na região. As elites regionais se consideram representadas pelos atores políticos que ocupam posições no legislativo e no aparelho de Estado, utilizando-os na dinâmica de fazer com que o capital local realize, de forma articulada, as estratégias para atingir suas metas. Além disto, a mídia corporativa contribui decisivamente para a criação de condicionamentos sociais, por meio da reprodução de mitos e da construção do consenso de que o capital é a grande força regional.

As articulações ficam, então, consolidadas, dominando e agregando valor por meio do lucro fácil. A natureza cede lugar aos grãos de soja e aos pés de boi, expulsando uma leva

---

<sup>2</sup> Refere-se à escravidão dos tempos atuais, que engloba pessoas de todas as raças. Os trabalhadores se encontram, na maioria das vezes, em condições subumanas e de dependência. São violados os direitos humanos, ficam presos em cativeiros nas fazendas agropecuárias e no extrativismo, sendo obrigados a efetuar trabalhos forçados, não tendo a liberdade de ir e vir. Em muitos casos, os trabalhadores são agredidos, torturados e mortos. O *sistema gato* é efetivado com ajuda de jagunços e pistoleiros fortemente armados que prestam trabalho a grupos econômicos nacionais e internacionais, principalmente na Amazônia brasileira (Picoli, 2004b).

significativa de pessoas da terra para as cidades. Ao desenhar esse novo quadro ambiental e social nas cidades e nas florestas é possível verificar duas grandes consequências na região, através do processo de colonização. De um lado poucos ricos, que concentram a terra e a renda; por outro, muitos pobres e miseráveis, que ficam à margem nos cinturões de pobreza nas cidades. A este quadro se acrescenta a devastação ambiental.

O conhecimento produzido no nosso local de estudo não possui respostas ou indicativos para afirmar quais seriam os meios para poder neste espaço de alongamento da fronteira do extrativismo e da agropecuária brasileira. De qualquer forma, fica claro que a interrupção do projeto da indústria de transformação de madeiras, definido como sendo a primeira fase da expansão do capital na região, se articula com a estratégia adotada na segunda fase do projeto ali instalado - o avanço do agronegócio.

No Mato Grosso se pode constatar a pujança desse projeto, visto que há 30 anos a região não significava nada em termos de produção de gado bovino de corte e de grãos, e hoje o estado é o maior produtor. Na atualidade, todas as regiões do estado mato-grossense estão consolidadas em termos de plantios das monoculturas, com destaque para soja e milho, além da produção de algodão e cana-de-açúcar. A carne se destaca na criação de gado bovino, principalmente de corte, além de frangos e suínos. No tocante à criação de gado bovino Mato Grosso, segundo o Instituto de Geografia e Estatística – IBGE, a cada habitante correspondem 10 cabeças de gado (a média brasileira é de uma para cada indivíduo).

O agronegócio das monoculturas, na maioria das vezes envolvendo os mesmos atores que usufruíram das matas no processo de transformação de madeiras na primeira fase, como foi abordado, agora atinge o objetivo almejado: o uso da terra nua para produzir sementes e carne. Aos marginalizados e despossuídos resta servir de força de trabalho superexplorada. Assim, a vida continua com era antes, uma relação entre dominadores e dominados. Enquanto muitos amargam a exclusão social e o não acesso aos mecanismos de cidadania, outros concentram a terra e a renda. Este é o desenho da maior parte da Amazônia brasileira, do estado mato-grossense e da sua região do norte de Mato Grosso.

## Referências

- CARDOSO, F. H.; MÜLLER, G. *Amazônia, expansão do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- IANNI, O. *Ditadura e agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia - 1964-1978*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
- MARINI, Ruy Mauro. A Dialética da dependência. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (Orgs.) *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p.137-180.
- PICOLI, F. *Amazônia: do mel ao sangue – os extremos da expansão capitalista*. Sinop: Editora Fiorelo, 2004a.

PICOLI, F. *Amazônia: a ilusão da terra prometida - uma abordagem da expropriação do homem e do seu ambiente*. Sinop: Editora Fiorelo, 2004b.

PICOLI, F. *Amazônia: pegadas na floresta – uma abordagem da superexploração da força de trabalho*. Sinop: Fiorelo, 2005.